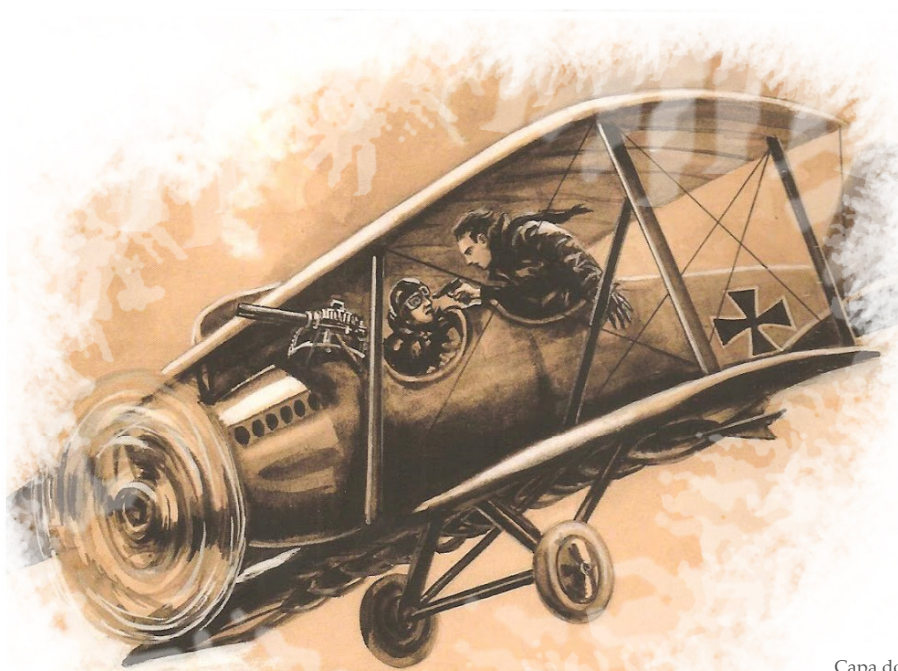


Rotas de irradiação editorial: quadros da presença dos livros da Romano Torres nas geografias da língua portuguesa



Capa do livro *História e patrimônio da edição*: a Romano Torres, de Daniel Melo, 2016, fotografia (detalhe).

Nuno Medeiros

Doutor em Sociologia da Cultura, Conhecimento e Educação pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). Professor do Departamento de História e da Área de Letras, Artes e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (UL). Autor, entre outras obras, de *O livro no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Outro Modo, 2018. nmedeiros@letras.ulisboa.pt

Rotas de irradiação editorial: quadros da presença dos livros da Romano Torres nas geografias da língua portuguesa

Routes of publishing irradiation: pictures of the presence of Romano Torres' books in the geographies of the Portuguese language

Nuno Medeiros

RESUMO

Neste artigo abordam-se introdutoriamente algumas das vias de exploração dos mercados do livro de língua portuguesa, tal como foram percorridas por um dos clãs de editores que mais marcou o campo editorial em Portugal entre finais do século XIX e finais do século XX: os Torres. Partindo sobretudo do caso da Romano Torres, casa estabelecida em Lisboa entre 1886 e 1990 e vocacionada para a edição para o grande consumo, observa-se como esta editora se relacionou com espaços de circulação impressa em comunidades falantes da língua portuguesa exteriores a Portugal e como a sua atividade foi configurada por dinâmicas políticas, editoriais e económicas que afetaram a sua relação com essa heterogênea constelação geográfica e social: desde o Brasil à diáspora portuguesa na emigração, passando pelas antigas colônias portuguesas de África.

PALAVRAS-CHAVE: mercados de língua portuguesa; Brasil; editora Romano Torres.

ABSTRACT

This article delves into some of the ways in which the Portuguese language book markets were explored by one of the publishing clans that most influenced the field of publishing in Portugal between the end of the 19th century and the end of the 20th century: the Torres. On the basis of the case of Romano Torres, a publishing house established in Lisbon between 1886 and 1990 and dedicated to the publishing of books for mass consumption, analytical attention is paid to the relationship between this publishing house and the spaces of print culture circulation in Portuguese-speaking communities outside Portugal and how its activity was shaped by political, publishing and economic dynamics that affected its relationship with this heterogeneous geographical and social constellation: including Brazil, the former Portuguese colonies in Africa, and the Portuguese diaspora.

KEYWORDS: Portuguese language markets; Brazil; Romano Torres publishing house.



Os projetos editoriais vocacionados para o grande consumo, como o foram o de empresas portuguesas como a de Lucas Evangelista Torres e a do seu filho e neto, João Romano Torres e Carlos Bregante Torres, de gênese oitocentista, funcionavam num quadro de mercado aberto, procurando ampliar ao máximo a irradiação e a escala da sua produção, para que tocasse o maior número possível de pessoas que estivessem disponíveis a encarar a cultura impressa (sobretudo livros) como uma via de aquisição de conhecimento e informação ou de expressão lúdica e recreativa. O contexto em que

surgem os projetos editoriais como o da Romano Torres ou, anteriormente, os de Lucas Evangelista Torres é aquele em que a industrialização e urbanização tardias e as mudanças políticas da segunda metade do século XIX português animaram o sector da edição, que acabou por acompanhar o processo de reconfiguração da oferta de impressos verificado mais precocemente noutras partes da Europa, resultando num universo de multiplicação de empresas tipográficas, mas também de agentes exclusivamente dedicados à produção de livros a partir de uma base de especialização profissional. O mundo editorial português, dotado “de crescente heterogeneidade interna”¹, inscreveu-se num contexto em que, apesar do aumento da população com propensão a investir na compra de um periódico, permaneciam como traços estruturais uma das piores cifras de gente alfabetizada no continente europeu e vastas camadas de população pobre e ruralizada, o que se traduzia num mercado interno da procura espremido e relativamente afunilado, embora revelador de tendências de claro crescimento.

Para além dos potenciais leitores no território nacional, os editores portugueses sempre se habituaram a encarar o mercado do livro português como um espaço também exterior às suas fronteiras, incluindo territórios coloniais (como os africanos até 1974), o Brasil ou, num plano de muito menor escala e centralidade, as comunidades da diáspora portuguesa emigrada fora de países de língua portuguesa. O caso brasileiro ilustra um dos atributos mais salientes da relação tipográfica entre Portugal e o espaço da língua portuguesa, relação profundamente marcada por processos de influência amplamente assimétricos. Mesmo com o aparecimento e consolidação de uma indústria editorial e um sector livreiro pujantes no Brasil, invertendo a partir do segundo terço do século XX na ligação impressa com Portugal uma secular condição de subalternização, nos “anos 1960 o discurso preponderante construído pelas gentes do livro portuguesas [...] face ao mercado brasileiro ainda se apegava à antiga ideia de dependência deste como subproduto de colonização cultural”.²

O Brasil como desígnio antigo nos projetos de disseminação dos livros da dinastia editorial Torres

A relação transatlântica do mundo editorial e livreiro lusitano com a América portuguesa é essencial, na medida em que “estudar a edição e os editores em Portugal exige mesmo uma atenção particular aos espaços de circulação de gente e de livros engendrados por sistemas de relação fundados em fatores como a língua, no caso, a língua portuguesa, sobressaindo neste particular as ligações entre Portugal e o Brasil”.³ O caso do clã Torres, um dos grupos familiares com mais relevo na edição e no processo de crescimento do mercado do livro em Portugal, não escapa a essa lógica.

Lucas Evangelista da Rocha Torres (1822-1895) é o prógono editorial da editora Romano Torres e pai do seu fundador, João Romano Torres. Entrando no ofício de impressor pela força das circunstâncias, Lucas Evangelista Torres terá de abandonar o curso de medicina, que frequentou até fase adian-

¹ MEDEIROS, Nuno. *O livro no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Outro Modo, 2018, p. 110.

² *Idem, ibidem*, p. 189.

³ *Idem, ibidem*, p. 187.

tada, em virtude da morte do pai, para prover ao seu sustento. Em 1872, aos 50 anos, é um Lucas Evangelista experiente na atividade quem vai fundar uma casa tipográfica que não se limitará a imprimir jornais e outros periódicos. O propósito é também o de dar à estampa obras com chancela própria, chamando o filho mais velho, Luís Marcelino Torres, como sócio. Falecido o filho em 1875, meros três anos passados sobre o início da empresa, Lucas Evangelista assume sozinho a condução dos destinos daquela, alternando frequentemente entre a denominação Lucas & Filho e Imprensa Lucas nas publicações que editou.

Uma das coleções mais emblemáticas da Lucas & Filho foi a coleção Educação Popular, publicada entre 1874 e 1876 em formato *in octavo*. Dirigida por Manuel Pinheiro Chagas, um dos autores preferidos do editor, é o segundo grande marco editorial de Lucas Evangelista. Apresentava-se na página de rosto de cada um dos seus volumes como “Encyclopedia instructiva e amena dedicada à mocidade estudiosa de Portugal e Brazil com a colaboração dos principaes homens de letras”. Na contracapa do número um da coleção avisam-se os interessados das condições de venda por assinatura, anunciando-se um ritmo de publicação mensal de livros de 128 páginas, ao “modico preço de 160 réis”.⁴ No fim de cada série ou três volumes, como se adverte, faz-se distribuir pelos assinantes uma “magnifica gravura historica, de grande formato, acompanhada da competente descrição”, só tendo direito ao brinde as assinaturas subscritas durante a publicação do primeiro livro de cada série. A cadência mensal – pressuposto inicial da coleção, apesar das dificuldades inerentes à sua concretização – é mantida apenas em 1874, ano em que se publicam os primeiros dez títulos. Saem cinco números em 1875 e os dois últimos em 1876.

Montar uma coleção dessa natureza, com uma periodicidade de um livro por mês, imputava ao planejamento comercial um peso de particular importância. A circulação das edições da Educação Popular desejava-se, portanto, o mais alargada possível, inclusive territorialmente, o que implicava um investimento que explorasse fundamentalmente o espaço da língua portuguesa como universo de possíveis compradores a fidelizar. O Brasil aparece como destino esperado das estratégias editoriais postas em marcha por Lucas Evangelista. Ainda no primeiro número da coleção pode ler-se que a “propriedade d’este livro em Portugal pertence a Lucas & Filho, e no Brazil ao ill.^{mo} sr. José Marques Pinheiro, residente no Maranhão”⁵, o que sugere a possibilidade de custos de publicação partilhados para diminuição do investimento financeiro ou, hipótese que se afigura mais plausível, algum outro tipo de parceria de modo a garantir maior cobertura e distribuição em territórios com características específicas. O nome de José Marques Pinheiro será substituído pelos de Gonçalves & Pinto, igualmente residentes no Maranhão⁶, dando estes sucessivamente a vez a Serafim José Alves, do Rio de Janeiro.⁷ A dinâmica impressa à ausência de grande permanência dos parceiros brasileiros poderá ter-se devido a uma busca das melhores condições – financeiras ou de distribuição e co-

⁴ *A guerra peninsular*. Lisboa: Lucas & Filho – Editores, 1874, contracapa.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 2.

⁶ Segundo informação em *O ultimo rei cavaleiro*. Lisboa: Lucas & Filho – Editores, 1874.

⁷ Segundo informação em *Os dramas celebres do amor*. Lisboa: Lucas & Filho – Editores, 1874.

locação no mercado brasileiro – que esses parceiros ofereceriam à editora portuguesa.

No interior dos volumes da Lucas & Filho anuncia-se que os títulos das suas mais proeminentes coleções (Educação Popular e Bibliotheca Universal) se encontram à venda no Rio de Janeiro, nas casas de A. A. da Cruz Coutinho e de Serafim José Alves, no Maranhão, na casa Gonçalves & Pinto, e na Baía, na casa V.A. Amazoni, juntando-se-lhes Rezende, na província do Rio de Janeiro, através de Manuel Nunes Fernandes. O mercado brasileiro configura-se como um dos suportes de maior relevo no sucesso ou insucesso de uma ventura editorial, mostrando Lucas Evangelista uma clara consciência dessa premissa, empenhando-se na constituição de um conjunto de pontos de venda que garantisse alguma penetração no Brasil. Não se trataria certamente de uma rede com inserção reticular num território de escala continental e internamente muito desigual na densidade demográfica, pautando-se por uma diminuta população letrada. Não é menos verdade, todavia, que no Brasil a circulação de livros e outros papéis impressos se fazia plurilocalmente, atingindo lugares bem distantes do Rio de Janeiro⁸ e não necessariamente com grande discrepância temporal, configurando formas de fruição e apropriação irrestritas aos alfabetizados.⁹ Roger Chartier, recordando as características plurais do que até ao século XIX, e durante este, significava ler em França, salienta “a perpetuação de leituras que carecem da voz como suporte”.¹⁰

Essas características, que autorizam a consideração de que nos dois últimos quartéis de oitocentos as modalidades de acesso ao livro e ao impresso no Brasil não seriam dissemelhantes do que acontecia na Europa ou na América do Norte, faziam do Brasil o maior destino de disseminação da produção editorial portuguesa, mantendo-se este traço como elemento caracterizador das estratégias, práticas e discursos dos agentes do livro em Portugal, verificando-se até a década de 1930 uma persistência da importância do mercado brasileiro como via de escoamento dos impressos portugueses, sobretudo da edição portuguesa.¹¹ É certo, com efeito, que o livro editado em Portugal conhecia no século XIX uma efetiva circulação em terras brasileiras. Alessandra El Far fala de uma sensação de proximidade, de intimidade mesmo, no consumo de edições portuguesas pelos leitores brasileiros.¹² Por outro lado, também se verificaram desde o início do século XX incursões de editores brasilei-

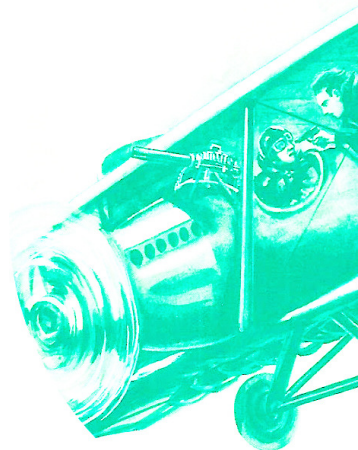
⁸ Acerca da circulação do livro no Brasil, ver, por exemplo, ABREU, Márcia. Introdução: literatura e história – presença, leitura e escrita de romances. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008, SCHAPOCHNIK, Nelson. Sobre a leitura e presença de romances nas bibliotecas e gabinetes de leitura brasileiros”. In: *idem, ibidem*, BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, DEAECTO, Marisa Midori. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011, HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012, e BRAGANÇA Aníbal (org.). *Rei do livro: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil*. São Paulo: Edusp/ Lihed, 2016.

⁹ Ver VILLALTA, Luiz Carlos. Romances e leituras proibidas no mundo luso-brasileiro (1740-1802). In: ABREU, Márcia (org.), *op. cit.*, e GALVÃO, Ana Maria. *Cordel: leitores e ouvintes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

¹⁰ CHARTIER, Roger. Du livre au livre. *Réseaux: Communication, Technologie, Société*, v. 6, n. 31, on-line, 1988, p. 46.

¹¹ Cf. MEDEIROS, Nuno. Influência e contrainfluência na inversão do poder tipográfico entre Portugal e o Brasil. Narrativa e atividade nos editores portugueses. *História*, v. 30, n. 2, São Paulo, 2011.

¹² Ver EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 50 e 51.



ros em Portugal, com inauguração ou com aquisição de editoras, algumas históricas, como a Bertrand, que durante algum tempo foi propriedade de Francisco Alves de Oliveira, editor luso-brasileiro, em sociedade com o luso-francês Júlio Monteiro Aillaud. Francisco Alves adquiriu outras duas editoriais em Portugal: A Editora (antiga casa editorial de David Corazzi) e a Biblioteca de Instrução Profissional.¹³

A relação com o Brasil como espaço de irradiação prosseguirá com João Romano da Rocha Torres de Jesus (1855-1935), o segundo filho de Lucas Evangelista. Encetando o seu contacto com o mundo tipográfico através da casa de impressão e de edição do pai, João Romano Torres mostra cedo vontade e ambição de se autonomizar nesse universo, dando expressão ao domínio do ofício entretanto aprendido. Depois de uma primeira experiência malograda, em 1877, será em 1886 que João Romano reentra de modo independente no campo da edição. Vai fazê-lo adquirindo uma revista, *O Recreio: Publicação Semanal, Litteraria e Charadistica*. Do título do periódico retira o nome com que batiza a chancela com que começa a editar, logo em 1886.

Logo numa fase inicial de diversificação editorial, em que, para além de periódicos (como revistas e almanaques), abraça a edição de livros, João Romano demonstra um domínio da relação com uma comunidade de compradores que persegue como mercado. E este mercado, esta comunidade de potenciais compradores de livros e outras publicações, extravasa as fronteiras da realidade portuguesa, aparecendo, uma vez mais, a realidade brasileira como expressão máxima de rentabilização e expansão do negócio e da atividade que o suporta. Emulando o exemplo paterno, João Romano terá explorado parcerias com o Brasil. Pelo menos um dos casos terá configurado alguma forma de acordo ou mesmo de contrato societário para proteção de interesses comuns, para projeção de obras em mercados além-Atlântico através do recurso a parceiros que dominassem o mercado localmente ou para partilha de custos de produção. Sentindo-se provavelmente pouco seguro numa ventura de distribuição de livros no promissor mercado brasileiro, o grande mercado da língua portuguesa, João Romano terá chegado a formar algum tipo de sociedade com Domingos Coelho, do Rio de Janeiro, ligação de que se desconhece o grau de formalização e estrutura jurídica de colaboração e vínculo, mas que teria existência em 1890, dissolvendo-se provavelmente pouco tempo depois.¹⁴

Nos primeiros tempos e até à entrada em funcionamento da João Romano Torres & C.^a, João Romano editou com a Empreza Editora O Recreio, com O Recreio – Empreza Editora e Tipographica, com a Typographia do “Recreio”, com a Typographia do Dicionario Universal Portuguez, com a Leituras Populares – empreza vulgarizadora dos bons romances, com o seu próprio nome, João Romano Torres – Editor. Em janeiro de 1907 é formada a sociedade Empreza Editora “O Recreio”, com a firma João Romano Torres & C.^a, tendo como sócios João Romano Torres e o seu filho Carlos Bregante Torres

¹³ Para um aprofundamento da entrada de Francisco Alves no mundo da edição em Portugal, ver BRAGANÇA, Aníbal. A presença de Francisco Alves no mundo editorial europeu. In: BRAGANÇA, Aníbal (org.). *Rei do livro, op cit.* Sobre a relação de propriedade com a Bertrand, ver SARAIVA, José António. *Bertrand: a história de uma editora*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1979, p. 31 e 32.

¹⁴ Em curta nota ao volume *Duas chronicas*, de Carlos Sertório, escreve-se que a “propriedade d’este livro no Brazil pertence ao sr. Domingos Coelho, do Rio, socio do editor d’esta obra”. SERTÓRIO, Carlos. *Duas chronicas*. Lisboa: Typographia do “Recreio”, 1890, s./p. [p. 4].

(1879-1973). Nascia a moderna editora Romano Torres, formalizada como João Romano Torres & Companhia. Doravante, o nome Romano Torres não mais sairá como identificação presente em todas as publicações da agora editorial de João Romano e Carlos Bregante. A denominação Empresa Editora “O Recreio” não desaparece como qualificativo formal, traduzindo o fato dessa formalização em sociedade constituir uma alteração à editora e não o início de uma nova empresa.

Carlos Bregante Torres não era, nessa altura, um novato na condução de tarefas de timbre editorial. E a colaboração com o pai não acontecia agora pela primeira vez. O que era novidade é que com a escritura refundacional essa colaboração era tornada oficial, e em posição de equidade decisória, mas com o predomínio de Carlos Bregante na relação direta com o mundo do livro. E o mundo do livro sabia do papel que Carlos Bregante já vinha prosseguindo desde, pelo menos, o início do século. Rocha Martins, por exemplo, reconheceu nas páginas do *Arquivo Nacional*, periódico que dirigiu e de que foi proprietário. A propósito da morte de João Romano, que lhe editara em 1903 o primeiro romance histórico, *Maria da Fonte*, publicado como folhetim nas páginas do periódico *Vanguarda*, Rocha Martins recorda ter sido o filho Carlos Bregante quem negociara a aquisição dos direitos de edição do texto.¹⁵ Carlos Bregante Torres revela possuir o cromossoma editorial de que fala Philippe Schuwer¹⁶, chamando a si todas as responsabilidades da gestão editorial da João Romano Torres & C.^a, a que junta a condição de autor e tradutor de muitos volumes publicados, bem como de diretor de coleções na editora, sempre sob o pseudônimo de A. Duarte de Almeida.

Ao participar formalmente na empresa e ficar com a responsabilidade pelo seu rumo editorial, Carlos Bregante Torres não é um aprendiz. Procura ocupar o seu próprio espaço e explorar novas direções, tentando proceder a um equilíbrio nem sempre fácil. Por um lado, não deixa de preservar, insistir e até aprofundar e expandir um conjunto de temas e gêneros que haviam sido até 1907 os alicerces que suportaram a atividade da editora e lhe conferiram uma identidade e um posicionamento dentro do campo editorial. Depois de consolidada a nova fase da vida interna da editora, com o seu fundador a delegar paulatinamente no filho o destino do catálogo, a autonomia de que Carlos Bregante goza na componente editorial levá-lo-á a territórios até então pouco explorados pela empresa, embora na sua maioria em áreas de certa forma contíguas ao espírito e à história da Romano Torres. As décadas de 1920 e 1930 não serão laboratórios de loucas experiências editoriais que fraturassem em dois o percurso da editora (até então e depois daí), metamorfoseando a sua produção. Mas esses dois decênios marcarão seguramente um período em que a casa abraça novas ideias e aborda novos temas, congregando um cortejo de novos colaboradores, alguns dos quais influenciarão decisivamente o percurso da empresa e da sua oferta literária.

Nessas circunstâncias de inovação no seio da editora, garantir um espaço alargado de distribuição e venda dos livros é assumido como elemento vital na tomada de decisão editorial. O mercado brasileiro, ainda nos anos

¹⁵ Ver MARTINS, Rocha. João Romano Torres: editor dos meus trabalhos de mocidade. *Arquivo Nacional*, ano IV, n. 177, Lisboa, 29 maio 1935, p. 339.

¹⁶ Ver SCHUWER, Philippe. L’auteur, l’éditeur, le lecteur. *Communication et Langages*, n. 68, Paris, 1986.

1920 e mesmo nos 1930, permanecia como o mercado por excelência do escoamento da produção editorial portuguesa, apesar de se começar a perceber que a indústria brasileira do livro ostentava um surto quantitativo e um desenvolvimento qualitativo inegáveis.¹⁷ Para além de todas as pontes editoriais e intelectuais luso-brasileiras, e que foram fundamentais na constituição de um espaço interatlântico de trocas culturais e tipográficas (nem sempre pautadas pela simetria ou pela fluidez)¹⁸, as opções portuguesas pelo Brasil como elemento de expansão da atividade do livro publicado em Portugal parecem, por isso, ser governadas tanto pela preocupação com a escala enquanto ato estratégico de sobrevivência económica, como por um sentimento tardio e persistente de subordinação da esfera literária e, sobretudo, do universo editorial brasileiro pelos atores da edição em Portugal, que a partir dos anos 1940 foram confrontados com uma basculação de poder, traduzida na sua inversão, atrás aludida, entre as esferas tipográficas portuguesa e brasileira.¹⁹

Os fluxos com o Brasil eram de natureza variada. Para além dos circuitos e redes de teor mais cultural (constituídas sobretudo por agentes culturais do universo literário) ou mais comercial (incluindo colegas editores e livreiros e representantes de negócio, mas também políticos), a circulação de livros operava-se por outros itinerários, por vezes de modos surpreendentes. Uma dessas modalidades de circulação decorria dos próprios instrumentos compressivos típicos de um regime autoritário como era a ditadura portuguesa do Estado Novo. Em 1932, o escritor Guedes de Amorim entra para o catálogo da editora Romano Torres. Os dois primeiros livros de Guedes de Amorim com chancela da editora são duas obras assinadas por Edgar Powell, pseudónimo do escritor: *Al Capone, rei dos bandidos de Chicago* e *Escravas modernas*. Versando sobre temas não radicados na realidade portuguesa, ambos os títulos são apresentados como traduções, o que sedimentaria uma imagem de autoria estrangeira, tornando, sob o ponto de vista editorial, os livros mais credíveis e vendáveis. Um dos exemplares de *Escravas modernas* depositados na Biblioteca Nacional de Portugal tem o carimbo de proibido pela Direção dos Serviços de

¹⁷ Sobre o crescimento do sector da edição no Brasil no século XX, ver BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (orgs.), *op. cit.*, e HALLEWELL, Laurence, *op. cit.*

¹⁸ Sobre o trânsito dos impressos e das letras e ideias entre Brasil e Portugal, e sobre as aproximações e desafios no quadro desse intercâmbio, ver ABREU, Márcia (org.), *op. cit.*, VENANCIO, Giselle. *Pontes sobre o Atlântico: ensaios sobre relações editoriais e intelectuais luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2012, SERRANO, Gisella de Amorim. *Caravelas de papel: a política editorial do acordo cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949)*. Lisboa: Instituto Camões, 2014, MEDEIROS, Nuno. From seashore to seashore: the cross-Atlantic agenda of the publisher António de Sousa Pinto. *Portuguese Studies*, v. 31, n. 1, Cambridge, 2015, BRAGANÇA, Aníbal. A presença de Francisco Alves no mundo editorial europeu, *op. cit.*; PALMA, Patrícia de Jesus. The Brazilian book market in Portugal in the second half of the nineteenth century and the paradigm change in Luso-Brazilian cultural relations. In: SILVA, Ana Suriani da e VASCONCELOS, Sandra Guardini (orgs.). *Books and periodicals in Brazil 1768-1930: a transatlantic perspective*. Londres: Modern Humanities Research Association/Maney Publishing/Legenda, 2017, e TAVARES, Mariana. *A aclamação das letras: o Instituto Nacional do Livro e a pedagogia literária no Brasil*. Tese (doutorado em História) – UFF, Niterói, 2020, p. 187-202.

¹⁹ Cf. MEDEIROS Nuno. Publishing projects and the transatlantic book trade between Portugal and Brazil: circulation and asymmetry, 1930-1960. *Lingua Franca: Book History in Translation*, n. 7, *on-line*, 2021. Disponível em <<https://www.sharpweb.org/linguafranca/wp-content/uploads/2021/09/03-Medeiros.pdf>>. Acesso em 11 fev. 2023.

Censura, com data de 28 de março de 1934, quando o título ficou proibido de circular em Portugal.²⁰

Apesar disso, o processo de proibição contemplou logo em 1934 uma autorização que a Direção dos Serviços de Censura conferiu à editora Romano Torres de vender esse livro, desde que todos os exemplares fossem comercializados fora da metrópole e das colônias portuguesas. A tal proibição escapava somente o Brasil como única via para o escoamento da edição desse título, restando este mercado como destino possível dos exemplares existentes, de que a editora Romano Torres foi considerada pela Direção dos Serviços de Censura como fiel depositária. Esse não foi um caso isolado, aparecendo a espaços outros exemplos de obras cuja circulação era proibida no território metropolitano de Portugal e nas respectivas colônias, sendo autorizada a sua comercialização em países como o Brasil.²¹ É possível que a proibição de um determinado livro sem que isso implicasse o total impedimento da sua comercialização, cingindo-a a espaços exteriores ao território nacional português (incluindo as colônias), fosse mais provável em obras de autores estrangeiros ou assim apresentados editorialmente, o que poderia promover uma inclinação dos escritores e dos editores para a adoção mais frequente de pseudonímia em livros de certa natureza ou teor.

Em 6 de agosto de 1934, cerca de quatro meses após a proibição de *Escravas Modernas*, e na sequência de notificação feita pela editora Romano Torres à Direção dos Serviços de Censura, comparecia nas instalações da empresa um agente da Pide (Polícia Internacional de Defesa do Estado), a polícia política do salazarismo, incumbido da supervisão do “empacotamento e despacho para o Rio de Janeiro de 100 exemplares do livro”.²² Passados quatro anos, em 1938, a editora escreve à Direção dos Serviços de Censura anunciando o esgotamento da possibilidade de venda de *Escravas modernas*. A declaração assinada por Carlos Bregante informa que, tendo sido instituída a censura no Brasil, “fomos avisados de que nenhum negócio se podia fazer com este livro”.²³ Face a esta circunstância, e declarando querer “liquidar a nossa [da Romano Torres] responsabilidade”, é a própria editora que solicita aos Serviços de Censura que a “citada obra [...] [seja] inutilizada e vendida para refugio de qualquer fábrica de papel”.²⁴

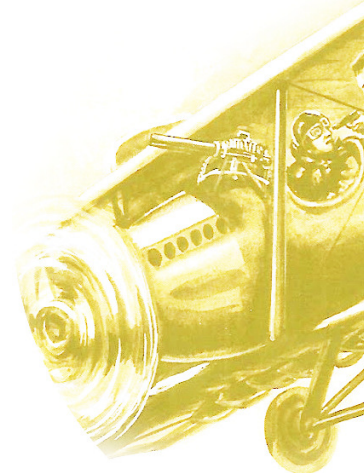
²⁰ A ficha respeitante ao processo de proibição, com o número 62, revela que não foi produzido um relatório. Ver Fichas de Autores de Obras Proibidas e Autorizadas (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direção dos Serviços de Censura, caixa 68).

²¹ Um outro exemplo dessa peculiaridade de alguns processos censórios a livros é o título *L'Età del Malessere*, da autoria de Dacia Maraini, que sofre uma decisão censória atípica, justificada da seguinte maneira: “O livro poderá ser autorizado com a expressa condição de ser única e exclusivamente destinado a exportação para o Brasil. – É vedada a sua distribuição no nosso País. Os pormenores da execução dessa exportação serão oportunamente acertados com estes Serviços.” Conforme Fichas de Autores de Obras Proibidas e Autorizadas (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direção dos Serviços de Censura, caixa 68). O relatório tem o n. 7317, de 30 abr. 1963. O despacho refere-se ao pedido específico de tradução para língua portuguesa, efetuado pela Editora Arcádia.

²² Carta de 4 ago. 1934 da Direção Geral dos Serviços de Censura para a Romano Torres, constante do processo de apreensão de *Escravas modernas* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direção dos Serviços de Censura, cx. 708, maço Proibição e apreensão de livros).

²³ Carta de 17 jun. 1938 da Romano Torres para a Direção dos Serviços de Censura, constante do processo de apreensão de *Escravas modernas* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direção dos Serviços de Censura, cx. 708, maço Proibição e apreensão de livros).

²⁴ *Idem*.



Carlos Bregante Torres chega mesmo a disponibilizar-se para inutilizar os exemplares na máquina de cortar papel da editora, sugerindo um processo de destruição fiscalizado pela censura. Em resposta, o secretário da Direção dos Serviços de Censura, tenente Afonso de Carvalho, avisa a Romano Torres de que todos os exemplares da obra terão de ser depositados nas instalações da censura.²⁵ Em 24 de junho de 1938 aí são entregues 3.075 exemplares de *Escravas modernas*.²⁶ Assim terminava a responsabilidade da editora Romano Torres como fiel depositária desta obra tornada circunstancialmente incômoda. A edição foi destruída na sua totalidade em 5 de agosto desse ano na sede da Direção dos Serviços de Censura.²⁷ Essa entrega forçada está, portanto, longe de corresponder a um ato voluntário espontâneo. Não se pode, por isso, assimilar tal decisão a uma adesão do editor ao *logos* do regime, nem se trata sequer de cumplicidade conivente com os dispositivos censórios. Carlos Bregante Torres, enquanto editor individual, e a editora Romano Torres, enquanto entidade, viram-se, pelo contrário, compelidos a desembaraçar-se de um problema que se arrastava e que, dada a mudança conjuntural no Brasil, levava a um beco sem saída. Perdido praticamente todo o dinheiro investido numa edição da qual ficaram por escoar mais de 3.000 exemplares e permanecendo interdito o livro, a opção seguida foi a de que o risco envolvido na sua não devolução seria demasiado elevado e sem uma perspectiva palpável ou antecipável de ganho.

Na pegada de outros espaços da língua: distribuição de livros nas colônias e na diáspora

O Brasil ocupou uma posição de grande protagonismo no discurso e na prática dos editores da Romano Torres como viabilização de um mercado de consumo alargado do livro, tão caro a uma editora cuja lógica axial de ação é a da seleção, encomenda, produção e venda de livros para um número de leitores tão vasto quanto possível, ainda que eventualmente segmentado por temas.²⁸ As dinâmicas políticas e econômico-financeiras (incluindo o vetor comercial vinculado à edição propriamente dita) verificadas no quadro social geral de cada um dos dois países – Portugal e Brasil – e na sua articulação pesaram no fluxo do livro entre os dois espaços, trazendo consequências para a editora. Se durante as primeiras décadas do século XX os efeitos são positivos, à medida que o tempo passa, a tendência sofre mudanças acentuadas. Há, nesse sentido, dimensões externas à editora Romano Torres a contribuir negativamente para a saúde dos seus negócios. A editora sofre objetivamente com

²⁵ Carta de 21 jun. 1938 da Direção dos Serviços de Censura para a Romano Torres, constante do processo de apreensão de *Escravas modernas* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direção dos Serviços de Censura, cx. 708, maço Proibição e apreensão de livros).

²⁶ Carta de 24 jun. 1938 da Romano Torres para a Direção dos Serviços de Censura, constante do processo de apreensão de *Escravas modernas* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direção dos Serviços de Censura, cx. 708, maço Proibição e apreensão de livros).

²⁷ Conforme relatório interno dos Serviços de Censura de 5 ago. 1938, constante de processo de apreensão de *Escravas modernas* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direção dos Serviços de Censura, cx. 708, maço Proibição e apreensão de livros).

²⁸ Para uma introdução às lógicas subjacentes à atividade da editora Romano Torres, ver MEDEIROS, Nuno. Print culture in the making: the Portuguese case of Romano Torres publishing house. *The International Journal of the Book*, v. 17, n. 2, Champaign, 2019.

a crise no mercado do livro português provocada pela paralisação dos negócios livreiros com Brasil, em consequência da mudança de moeda daquele país, sucedendo-lhe a suspensão de pagamentos (derivada dos obstáculos à transferência de divisas do sistema de pagamentos brasileiro para o estrangeiro e às flutuações cambiais) e de encomendas de compradores no Brasil. Essa circunstância de grande demora nos pagamentos de entidades brasileiras por fornecimento de livros de entidades portuguesas ficou conhecida como o problema dos “pagamentos atrasados” ou simplesmente “atrasados”.²⁹

A correspondência que, de 1955 a 1961, foi trocada entre a Romano Torres e a Luso-Brasil, Lda., empresa livreira e de importação e exportação de livros sediada em São Paulo, ilustra bem como as autorizações do Banco do Brasil para pagamentos feitos ao exterior eram frequentemente demoradas, impedindo amiúde uma liquidação rápida das importações de livros, o que em parte pode explicar que a Luso-Brasil tenha mais do que uma vez efetuado um pagamento antes de receber os próprios livros encomendados. Existiria uma quota de importação que era concedida anualmente a cada empresa importadora no Brasil, cujo montante seria depois acomodado às encomendas que esta poderia fazer. Esses constrangimentos obrigavam as editoras portuguesas a inventarem expedientes que permitissem mitigar os custos inerentes a estas penalizadoras circunstâncias. Este é um dos claros exemplos em que as sociabilidades se prefiguram como dimensões relacionais entre agentes editoriais essenciais à sobrevivência no campo, se não de parcelas muito alargadas do próprio campo. O fato de Carlos Bregante Torres possuir relações bastante cordiais com Vasco Teixeira, da Porto Editora, permitiu que por intermédio desta editora se fizessem envios de livros conjuntos, expedindo-se livros da editora Romano Torres emparceirados com livros da Porto Editora (que se assumiu neste caso como verdadeiro agente de representação), com destino à Luso-Brasil. Entre colegas se montou assim um esquema de encomenda e satisfação da encomenda, com o posterior envio e recebimento, todo ele efetuado com a interposição direta da Porto Editora, sendo esta casa que pagava à Romano Torres a sua parte das encomendas depois de receber por atacado o dinheiro da Luso-Brasil, o que diminuiria substancialmente a quantidade de licenças de importação que a empresa brasileira teria que solicitar.

Sem o mercado brasileiro do livro, que ao longo da década de 1960 a editora considera perdido, a situação financeira de casas como Romano Torres agravou-se, o que não deixou de interferir na sua capacidade e vontade de investimento num aumento de catálogo. Em março de 1967, os sócios da editora reconheciam “não ter havido alteração alguma nas relações comerciais com o Brasil, mantendo-se, portanto, a mesma situação de um mercado quase perdido para a expansão do livro português neste país, o que afecta, quanto ao nosso caso, a crise que atravessa a indústria do livro”.³⁰ Dois anos depois, o diagnóstico não era melhor, sublinhando-se a ausência de melhoras na situação do livro português no Brasil, situação que se agravara “devido às dificuldades cambiais dessa praça para liquidar as facturas dos pouquíssimos livros

²⁹ *Idem, Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, p. 161.

³⁰ Ata n. 6, relativa à assembleia ordinária de sócios de 30 mar.1967. Livro de Atas de 20 mar. 1963, p. 5, verso (Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Romano Torres, cx. 1).

remetidos”.³¹ Já antes, em março de 1966, se reconhecia que o congelamento dos pagamentos às editoras estrangeiras, sobretudo portuguesas, por determinação governativa brasileira, “agrava a expansão do livro português para essa praça”.³²

Por outro lado, o mercado das designadas províncias ultramarinas, como se passaram a chamar as colônias portuguesas³³, configurava na prática e no discurso de muitos editores um destino aparentemente garantido do material publicado, apesar não somente do número de população leitora não ser propriamente vasto, mas também dos entraves administrativos, aduaneiros e de circulação monetária, que afetavam evidentemente o fluxo de material impresso. A editora Romano Torres, como todas as entidades nacionais que vendiam livros para os territórios ultramarinos, enfrentava obstáculos de natureza burocrática com reflexos no atraso dos recebimentos. Em várias atas das reuniões da assembleia de sócios da empresa é visível a consciência de que esse fator pesava na gestão da sua liquidez. Por exemplo, em março de 1968 assume-se em assembleia ordinária que as “transferências de fundos das Províncias Ultramarinas para a Metrópole, processam-se com muita demora e irregularidade, [...] o que afecta os negócios nesses mercados”.³⁴ Um ano volvido e percebe-se no tom pessimista das afirmações que nada mudou. “Apesar das diligências das entidades oficiais para melhorar as transferências das Províncias Ultramarinas para a Metrópole, a sua situação é idêntica à do ano anterior, o que continua a não permitir aí a progressão no desenvolvimento comercial do livro”.³⁵

Até ao 25 de Abril de 1974, as barreiras administrativas a transpor são também de outra natureza. Era indispensável que os clientes de alguns territórios coloniais possuíssem o Boletim de Registo de Importação (com a sigla BRI), essencial para o levantamento das encomendas expedidas pelas editoras portuguesas. Existia também o BR ou BRE, para exportação, que as entidades exportadoras de livros estariam obrigadas a obter. Estes boletins tinham pra-

³¹ Ata n. 9, relativa à assembleia ordinária de sócios de 26 de março de 1969. Livro de Atas de 20 mar. 1963, p. 9, verso (Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Romano Torres, cx. 1).

³² Ata n. 4, relativa à assembleia ordinária de sócios de 16 mar. 1966. Livro de Atas de 20 mar. 1963, p. 4 (Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Romano Torres, cx. 1).

³³ “As ondas de choque do contexto internacional surgido na sequência do fim da Segunda Guerra Mundial fizeram-se sentir com intensidade na formação de um ambiente institucional e diplomático com alinhamento crescente pela descolonização e pelo fim dos impérios, sobretudo europeus. Confrontado com esta vaga, [...] o Estado Novo resiste, intensificando uma política de defesa da manutenção de colônias que passou, porém, por pequenas concessões, enlaçadas numa estratégia primordialmente proclamatória. [...] A alteração, nominal, foi essencialmente onomástica, persistindo numa afirmação vigorosa da unidade nacional intercontinental, transmutando-se a terminologia: as colônias passaram a províncias ultramarinas e o Império Colonial Português a Ultramar Português, recuperando o vocabulário monárquico oitocentista. Esta verdadeira operação de cosmética sinalizava uma recusa em adoptar qualquer solução que conduzisse à descolonização, mesmo numa feição mais gradualista e postergada no tempo.” MEDEIROS, Nuno. Pelo império, publicar! Defender o colonial português através da edição de livros durante o século XX na metrópole. In: DOMINGOS, Nuno (org.). *Cultura popular e império: as lutas pela conquista do consumo cultural em Portugal e nas suas colônias*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2021, p. 137. Sobre o processo de crescente isolamento da posição portuguesa e da absoluta resistência do Estado Novo em descolonizar, ver ALEXANDRE, Valentim. *Contra o vento: Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017.

³⁴ Ata n. 8, relativa à assembleia ordinária de 27 mar. 1968. Livro de Atas de 20 mar. 1963, p. 7, verso (Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Romano Torres, cx. 1).

³⁵ Ata n. 9, relativa à assembleia ordinária de sócios de 26 mar. 1969. Livro de Atas de 20 mar. 1963, p. 9 (Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Romano Torres, cx. 1).

zos de validade, deles constando valores exatos das transações a que se referiam. Disso foi dando conta a editora às livrarias e empresas de venda e distribuição com que trabalhava nas colônias. Por exemplo, em junho de 1973, a Romano Torres recorda tal fato à moçambicana Livraria e Papelaria “Progresso”, de Lourenço Marques: “Como é do vosso conhecimento, ao expirar o prazo de validade de um Boletim sem que este já tenha sido resgatado pelo seu valor, levanta-se uma serie de ‘problemas’ de vária ordem com muitas perdas de tempo e aborrecimentos”.³⁶

Havia ainda que fornecer os designados “justificativos cambiais” junto das filiais dos bancos (normalmente o Banco Nacional Ultramarino) onde seria feita a liquidação que permitiria o saque em Lisboa para efetivação dos pagamentos. Portanto, para além das grandes dificuldades para transferência de montantes para pagamento de encomendas, o processo de trocas comerciais entre a metrópole e as colônias e de envio de encomendas para as colônias é também pouco expedito do ponto de vista administrativo e aduaneiro, o que teve como consequência o recurso frequente às faturas pró-forma. Por outras palavras, não só o sistema de comércio com as colônias se encontrava crivado de obstáculos e não funcionava a partir de uma fluidez promotora de um incremento mais rápido das trocas, como ainda fomentava uma certa informalidade contabilística entre as partes.

O espaço colonial, essencialmente o africano, apesar das suas insuficiências e contingências, correspondia a um mercado visto como natural para escoamento de uma parcela significativa da produção editorial dos editores da então denominada metrópole.³⁷ A lisboeta Editorial Minerva, por exemplo, no início da década de 1950 não hesitara em considerar que o “mercado ultramarino é, sem dúvida, aquele com que os editores contam como certo para a colocação de uma parcela das suas edições”.³⁸ Carlos Bregante Torres sempre se alinhou nessa visão, reconhecendo nessa altura que “o nosso mercado ultramarino já representa um auxílio para o editor”.³⁹ A verdade é que a exportação de livros para as colônias cresce ao longo dos anos. Se em 1953 o volume de negócios é, em escudos, de 702.634\$00, dez anos depois atinge os 4.746.000\$00, um valor quase sete vezes superior.⁴⁰ Esse mercado tenderá ao rápido desaparecimento na sequência do fim do regime autoritário e das alterações registadas no comércio entre Portugal e os novos países independentes.

Carlos Bregante Torres foi, então, assistindo impotente à erosão do mercado brasileiro como grande bolsa externa de compra dos livros que editava, ao mesmo tempo que percebia que o fluxo de exportações para os contingentes de compradores radicados nas então colônias portuguesas africanas era insuscetível de compensar a perda de faturação para o Brasil. Havia ainda,

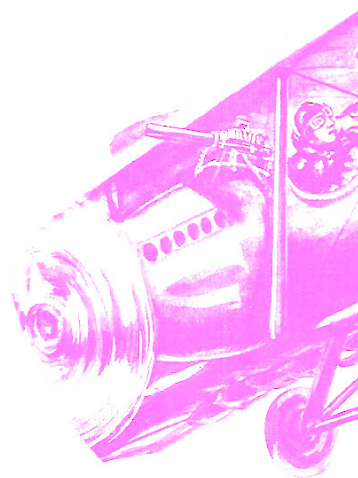
³⁶ Carta de 23 jun. 1973 da Romano Torres à empresa Pinto Gomes, Viegas & C.ª Lda. (Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Romano Torres, cx. 59).

³⁷ Sobre o reconhecimento da importância das colônias nas vendas de livros editados em Portugal durante os anos 1940 e 1950, por exemplo, ver testemunhos de editores em Falam os Editores... *Ler*, n. 10, Lisboa, jan. 1953, p. 15 e 16, e Falam os Editores... *Ler*, n. 12, Lisboa, mar. 1953, p. 7.

³⁸ *Idem, ibidem*, n. 12, p. 7.

³⁹ *Idem, ibidem*, n. 10, p. 16.

⁴⁰ Dados compulsados por António Quadros a partir de elementos estatísticos fornecidos pelo Grémio Nacional dos Editores e Livreiros. Ver QUADROS, António. O mercado do Ultramar. *Diário Popular*, Suplemento, Lisboa, 21 jan. 1965, p. 6 e 9.



é certo, um mercado adicional no exterior, ainda que tivesse pouca expressão financeira: o das comunidades de emigrantes portugueses espalhadas por um conjunto de países e territórios excêntricos à língua portuguesa.⁴¹ Neste âmbito, a editora Romano Torres possuía, mesmo já para o final dos anos 1960 e início da década seguinte, bons contactos internacionais para revenda dos seus livros.

Um dos contactos que se destacou como dos mais fiéis foi a Portuguese Book Store, que funcionava como distribuidora praticamente exclusiva da Romano Torres para o Canadá, colaborando com, pelo menos, vinte e cinco agentes de colocação final de livros, ou subagências, espalhadas pelo Canadá (em Toronto, Bradford, Brampton, Galt, Strathroy, Hamilton, Kitchener, London, Montreal, Oakville, Ottawa, Vancouver, Winipeg, Calgary e Kingston), indo desde a Barbearia Central (Montreal) até à Sagres Fish Store (Bradford), passando por locais como o Algarve Bilhares (Toronto), a Portuguese Food Store (Oakville) ou a Nobrega's Variety (Toronto).⁴² A Portuguese Book Store era uma livraria e distribuidora de livros, especializada em importação de jornais, revistas e livros, agente da Agência Portuguesa de Revistas e dos periódicos portugueses *O Século*, *A Bola*, *Diário Popular*, *Diário de Notícias*, *Mundo Desportivo*, *O Benfica* e *Sporting*. O proprietário, Mário Coelho Tomás, visitou as instalações da Romano Torres em 1966, ano em que se inicia a relação entre as duas entidades, que se irá fortalecer, durando até ao ocaso da editora já no decurso dos anos 1980, com as encomendas à casa editorial de Carlos Bregante Torres a manterem um caudal permanente, com picos frequentes em que os montantes envolvidos ascendiam aos milhares de escudos. A Romano Torres passou a ser o principal (se não o único) fornecedor de livros portugueses da Portuguese Book Store, expedindo para o Canadá títulos publicados por outras casas, embora as obras mais vendidas fossem, pelo menos até certa altura, as da própria editora de Carlos Bregante. Mário Coelho Tomás chega mesmo a referir à Romano Torres que “os vossos livros são dos mais pedidos para este género de povo”.⁴³

Apesar de casos como a da Portuguese Book Store, não se pode dizer que essas vendas para a diáspora portuguesa – de perfil muito pouco alfabetizado na sua esmagadora maioria – fossem significativas, sendo muito claramente insuficientes para se poderem considerar um substituto para outras geografias de irradiação editorial capazes de projetar os livros da editora Romano Torres para mercados da língua portuguesa muito mais compensadores comercialmente e entretanto esvaziados ou muito diminuídos no seu poder de importação, e de que o brasileiro é o exemplo por excelência. Mas casos como o da Portuguese Book Store demonstram, por outro lado, a capacidade e a vontade da Romano Torres, uma das mais relevantes casas dedicadas à edição de livros em Portugal desde o último quartel do século XIX até ao último quartel do século XX em estar presente através dos seus volumes em cada

⁴¹ Sobre a importância da circulação de livros em comunidades diaspóricas, ver NOORDA, Rachel. From *Waverley* to *Outlander*: reinforcing Scottish diasporic identity through book consumption. *National Identities*, v. 20, n. 4, London, 2018.

⁴² Ver recorte de *O Jornal Português*, Toronto, 3 out. 1969, com publicidade à Portuguese Book Store (Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Histórico Romano Torres, cx. 62).

⁴³ Carta de 18 fev. 1970 da Portuguese Book Store para a Romano Torres (Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Romano Torres, cx. 61).

canto onde fosse possível encontrar alguém que lesse português e que estivesse disponível para adquirir livros.

Artigo recebido em 2 de maio de 2023. Aprovado em 31 de maio de 2023.